

Um estudo ambiental acerca da remoção das favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, na década de 1970

Nilzete Ferreira
Antonio Carlos de Miranda

Resumo: A presente investigação resultou dos questionamentos e leituras com base em produções de pesquisas sobre temas que envolvem o urbanismo e a cidade, reconhecendo o cidadão como articulador do seu ambiente, sendo este palco onde ensina e aprende, para isto, utilizamos como foco de estudo um grupo social representativo da favela da Catacumba entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas e confrontamos com sua atual localização no conjunto habitacional do Quitungo em Brás de Pina – RJ.

Palavras-chave: Ambiente. Urbanização. Qualidade de vida.

Abstract: The present inquiry resulted of the questionings and readings on the basis of productions of research on subjects that involve urbanism and the city, recognizing the citizen as articulador of its environment, being this place where it teaches and it learns, for this, we use as focus of study a representative social group of the slum quarter of the Catacumba in the lagoon Rodrigo the Freitas and collate with its current localization in the habitacional set of the Quitungo in Brás the Pina -RJ.

Key words: Environment. Urbanization. Quality of life.

Nilzete Ferreira et al

INTRODUÇÃO

Lidar com o ambiente é antes de tudo reconhecer o que representa, impregnado das “múltiplas determinações”, capaz de buscar a subjetividade na realidade de um grupo social. O cidadão articula o seu ambiente, ensina e aprende com este. Caracterizando uma exploração da consciência antes da prática, o conceito de educação ambiental no espaço não-formal, conforme a Lei nº 9.795/99, estabelece uma efetiva participação na qualidade do meio-ambiente, estabelecendo como prioridade à “sensibilização da coletividade”.

Os substantivos *ser humano* e *natureza* estabelecem assim, inter-relações onde o saber ambiental estabelece a relação da representação social e a subjetividade, gerando um posicionamento crítico quanto à qualidade de vida. A educação como “centro” estabelece os parâmetros na relação do ser humano com o seu ambiente. Mumford já projetava uma idealização do mundo:

o planeta inteiro se está transformando numa aldeia; e em consequência, até a menor vizinhança ou distrito há de ser planejada como um modelo funcional do mundo maior. Hoje não é a vontade de um único governante deificado, mas a vontade individual e corporificado de seus cidadãos, tendo em mira o auto conhecimento, o autogoverno e a auto realização, que se deve incorporar a cidade. Em lugar da indústria, a educação é que será o centro das suas atividades; e cada processo e função serão avaliados e aprovados na justa medida em que promovem o desenvolvimento humano, ao passo que a própria cidade proporciona um vívido teatro para os espontâneos encontros, desafios e contatos íntimos da vida diária. (1965, p.725)

A presente investigação resultou dos questionamentos e leituras com base em produções de pesquisas sobre temas que envolvem o urbanismo e a cidade, pontuando significativas questões de alguns autores, dentre eles, Enrique Leff e Lewis Mumford, nos levando a pensar na questão do ambiente. Nesse sentido, nosso olhar direcionou para o conceito qualidade de vida com ênfase na afirmação de Leff (2006), considerando esta relação na qualidade ambiental.

A pesquisa buscou resgatar a história da construção e remoção das favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas nos anos 1970, através da fala dos moradores, estabelecendo o espaço da escuta (momento em que o regime militar no Brasil não possibilitou estas falas) e as repercussões na representação do ambiente na qualidade de vida.

Diante disso, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar as representações sociais trazidas pelas histórias dos autores envolvidos, refletindo sua relação com o ambiente que tem significativa influência na vida das pessoas, justificando na conscientização para além de um ambiente ecológico em que o ser humano é o principal agente de mudança a partir do conhecimento da informação. O ambiente e as condições de saneamento retratam o contraste de uma época, em busca de um desenvolvimento econômico em detrimento das condições sociais. O saber ambiental incorpora, além do ensino, a educação não-formal, as histórias fazem parte desta aprendizagem, cujos valores internalizados formam e transformam não só o espaço, mas principalmente o ser humano.

METODOLOGIA

A opção de utilizar o estudo de caso como processo norteador desta pesquisa, foi premissa para estabelecer a coerência com o objetivo proposto. O resgate de um grupo familiar, sua

Um estudo ambiental acerca da remoção das favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas...

representação do espaço, sua memória fazendo parte de uma história coletiva onde espaço e tempo circula, corresponde assim, a pesquisa qualitativa apontada por Ludke e André, tem o ambiente natural com o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e situação investigada.

Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. (LUDKE, 2003, p. 1)

A sequência do levantamento desta pesquisa situou-se na exploração de uma história registrada, em acervos de órgãos competentes como: Instituto Pereira Passos, Arquivo Nacional e Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro sendo base para confrontar o discurso de moradores do grupo removido da Praia do Pinto, Ilha das Dragas e Catacumba para os conjuntos Guaporé-Quitungo. Além da bibliografia divulgada desde a década de 1960, como base para confrontar as ideias de profissionais e técnicos dentro do contexto local e exterior.

Optamos pela escolha de uma moradora da favela da Catacumba, por ter sido o maior número de removidos para o conjunto habitacional do Quitungo, representativo da história dos demais grupos, utilizamos a entrevista não-diretiva com o objetivo de explorar as questões de livre discurso capazes de deixar o entrevistado em condições mais confortáveis de expor sua história de vida. Assim como a exploração do local com os contatos informais dos moradores para recolher em seus discursos o conteúdo capaz de dar subsídios à presente pesquisa, colher a história do próprio local inclui seus atores, a coletânea de fotografias do local anterior e atual.

As entrevistas semi estruturadas para coleta do discurso se concentraram na Sr^a E., 75 anos, e sua filha M.G., 50 anos, representando a categoria do gênero feminino no resgate da memória dos dois espaços em estudo, além do gênero masculino do Sr. M, 56 anos que nasceu e viveu na Catacumba até os 18 anos e Sr. W. nascido no conjunto, estabelecendo a análise do discurso assim como a análise das fotos do ambiente da pesquisa. Optamos em utilizar no texto deste trabalho, pseudônimo sendo eles: E. será denominada Maria, M.G., Marta, M, José e W, João.

Nosso estudo situou no conjunto habitacional do Quitungo, localizado no bairro Brás de Pina, Zona Norte do Rio de Janeiro, contando com 43 blocos de 40 e 60 apartamentos em cinco andares, foram entregues no ano de 1970, com o básico da construção, janelas e tubulações antigas, somente com contra piso, as melhorias são visíveis somente no interior dos apartamentos, sendo de responsabilidade do Estado as reformas externas, ratificando, assim, a precariedade estrutural externa.

Análise e Discussão

O termo de *segregação residencial induzida* utilizado por Souza (2007), passa a ter um cunho político onde a identidade regional dificulta o estabelecimento de laços de solidariedade de maior consistência político-social, para o mesmo conjunto, foram destinados moradores de diversas favelas, perdendo a identidade do grupo, conforme a fala de *Maria*: “lugar que a gente tá acostumada, sair é muito ruim... veio gente de outro lugar, misturou, misturou...”

A favela possibilitava a expansão do território, a construção passava a ter uma arquitetura própria e ao mesmo tempo uma expressão do grupo. A relação da especulação imobiliária é vivenciada até hoje pelos agentes sociais,

Nilzete Ferreira et al

modelando ou, até mesmo, desfigurando o ambiente, traduzindo a luta não somente por um espaço, mas para a construção de uma vida, na expressão de *Marta* “sobrevivi”, sinônimo de escapar, enfrentar, atravessar. Não só a favela, mas espaço vivido torna-se espaço de “resistência e sobrevivência” assinalado por Corrêa (1989), palco de lutas.

Santos observa o ciclo entre a especulação e déficit de residências conduzindo a “periferização da população mais pobre” onde a “cidade econômica” se sobrepõe à “cidade social”, não incluindo na lógica do mercado o “espaço do cidadão” (2007).

A construção do cidadão e a sua identidade com o lugar estão na internalização não apenas da imagem arquitetônica, mas as imagens da ação, do simbólico e da memória, participando do reconhecimento e relações com este espaço. Assim como na favela, a busca da identidade gera a busca da individualidade e não homogeneização, contrapondo a cultura de massa da cultura popular. As mudanças nas edificações tanto refletem a expansão dos chamados “puxadinhos”, para acomodar o crescimento da família, como uma moeda de mercado. Andrade (2006, p. 103) observa: “nos conjuntos habitacionais também se percebe um processo de favelização que já se apresenta em estágio tão avançado que significativas ampliações externas de pavimentos superiores de blocos de apartamentos podem ser observadas”.

No curso da história, as diferenças entre habitação e população já se faziam sentir na cidade de Roma, repercutindo cada vez mais as questões ambientais na saúde com consequência da especulação imobiliária em busca do lucro, como prática reconhecida, como cita Mumford:

Crasso, que fez uma fortuna fabulosa com propriedades de casas e apartamentos,

gabava-se de que jamais gastara dinheiro em construção: era mais lucrativo comprar antigas propriedades parcialmente danificadas, a preço de liquidação, e alugá-las com ligeiros reparos. Projetos sistemáticos de destruição de cortiços, como o grande incêndio de Roma, naturalmente aumentaram a escassez de habitação e tornaram mais segura a posição dos vorazes proprietários. (2004, p. 242)

Perguntada sobre a lembrança da remoção, *Maria* explica com detalhes o dia que ficou registrado na sua memória, memória marcada de ressentimentos até na descrição de sua ação e em suas palavras:

Quando cheguei aqui que as mulheres, a “Maria”... chegou “Maria”... chegou. Eu eu chorava igual uma desgraça, fiquei mais de três meses só chorando aqui, porque tava acostumada lá, a diferença que eu vim aqui pra esse *troço*.

A mudança propõe um meio de aprendizagem, através do “novo” o homem aprende, ou melhor, organiza pela assimilação e acomodação um espaço de interação com o mesmo, para a sua própria sobrevivência. Para Santos, “quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta” (2008b, p. 330).

O espaço público é o espaço do cidadão ao mesmo tempo em que o morador estabelece seus interesses pessoais e necessidades, sua forma e estética são produções desta. O trânsito pelo conjunto é feito nas ruas dividindo o espaço com os inúmeros carros, assim como as calçadas foram alteradas para acréscimo do comércio informal, restando a rua única via, as necessidades básicas (habitar, trabalhar, recriar e circular) são adaptadas pelas condições

Um estudo ambiental acerca da remoção das favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas...

produzidas no espaço. O espaço público é um *espaço social* que para Souza:

é ao mesmo tempo, um *produto* das relações sociais, e um *condicionador* dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes. (2007, p. 99)

Maria, ao ser perguntada sobre lazer, indica muitos “divertimentos”, porém não cita em sua fala:

Lazer aqui? divertimento? aqui tem bom divertimento, mas eu quase não saio, tem uma cadeira que eu *boto* ali e fico sentada, pode vir de tarde que eu *tô* sentada ali, para não ficar sozinha, meu filho trabalha e eu não vou ficar sozinha em casa vendo televisão?

Marta responde sobre o tipo de lazer, “normal, quando eu quero descer, desço um pouquinho lá pra baixo, quando não quero descer fico em casa, vou sempre lá embaixo, vou e volto”. Esta fala identifica-se o vazio das atividades como se tivesse perdido o referencial do espaço.

A rua e a praça se tornam o palco das comemorações e reivindicações do cidadão, em busca de um alerta, seu samba, suas danças é a linguagem onde nesses espaços públicos as classes se misturam. Na produção do espaço, o ser humano incorpora sua história e coparticipação no ambiente, capaz de gerar um elo afetivo. Santos (2007, p.124) lembra que os direitos inalienáveis do homem incluem, entre outros, a moradia e o lazer sendo dever da sociedade e um direito do indivíduo. O serviço público é, assim, maquiado como privado, onde o grupo social precisa “negociar” os bens

de direito como salienta este autor: “a se obterem privadamente; não são um dever social, mas um bem de mercado.”

Mumford, ao rever a história sobre a praça, aponta que estas inicialmente, foram construídas para estacionamento de veículos, transformadas através de quintais residenciais com a redução e busca de imóvel na conversão do lucro, já no século XVIII,

a transformação da praça residencial foi mais além. No traçado da maioria das praças, destinara-se espaço insuficiente para os quintais; na verdade, esses quintais não demoraram a se transformar em áreas calçadas utilitárias, onde se batiam tapetes e se penduravam roupas para secar. Quando essa falta foi suficientemente sentida, os proprietários das casas da praça transformaram o espaço aberto vazio num jardim ou parque comum. (2004, p.430)

Para Leff, a qualidade de vida depende da “percepção do sujeito de suas condições de existência” (2006, p. 149), a relação social gera essa subjetividade, suas necessidades básicas não se delimitam nas questões fisiológicas de sobrevivência, as psicológicas são imperantes nos motivos que levam ao comportamento e a interagir com o seu ambiente. Assim, o conceito de qualidade de vida, parte de abstrações, nem sempre mensuráveis e variando de cultura e grupos, com a interferência das representações sociais destes. Como exemplifica Leff:

comunidades urbanas e rurais podem perceber o acesso a uma moradia construída com os padrões mínimos de habitabilidade e disfuncionalidade em relação ao meio ambiente, mas que incorporam elementos que representam signos de *status* e de modernidade, como uma me-

Nilzete Ferreira et al

Ihoria na qualidade de vida, sem perceber os “desatisfatores”, “desadaptações” e inclusive riscos para a saúde ou à própria vida trazida por esses modelos. Neste sentido, a percepção das “condições de existência” gera processos de adaptação a situações impostas ou de mobilização social de protesto, incorporando em suas lutas demandas por novas formas de satisfação de necessidades além das normas estabelecidas pelos benefícios da economia de mercado e do planejamento nacional. (2006, p.149)

A percepção passa a ter uma função mediadora com o mundo social. O ambiente é interpretado não em termos de objetos, mas o que este representa, incorporando sua história pelo grupo para ser ponto de partida de mudanças ou manutenção de uma ordem “positivada”. (SOUZA 2007, p.84) inclui à pobreza urbana e a segregação residencial, a degradação ambiental em que observa o lucro até nas consequências negativas, envolvendo de forma indireta a população do seu entorno sem a percepção dos impactos a si própria.

Os rios foram as primeiras “auto estradas” no Egito e na Mesopotâmia, transporte e agricultura possibilitaram o surgimento das cidades em suas margens. Como personagem principal na sobrevivência do ser humano, sua função na era industrial o fez um canal mais barato para abastecer as indústrias, consumidora de grandes quantidades de água em troca, receber os dejetos como resultados: poluição da água, “tem reflexos sanitários pois influir na higiene e no ambiente podendo causar sérios danos à saúde humana” (MIRANDA, 2006, p.51).

Ao ser perguntada sobre a sua qualidade de vida em relação a hoje e na Catacumba, *Maria* responde:

Hoje, tô aposentada, não trabalho, não faço nada, faço aqui dentro de casa, tô bem vou levando minha vida... tô aposentada, cuido da minha vida, dos filhos, netos, tenho uma porção de bisnetos...

Sua filha reproduz o mesmo tipo de fala. Ao ser perguntada sobre seu conceito de qualidade de vida, *Marta* responde: “uma pessoa normal, trabalho, sou aposentada”.

Maria continua definindo o seu conceito de qualidade de vida:

Ué de *pobre*, melhor a gente não *veve* mesmo, ganha um dinheiro gasta aqui, paga o condomínio, se escanalha uma bica, a gente tem que pagar... é a gente que tem que pagar, todo mês condomínio...

Vale lembrar que a palavra *pobre* constitui, assim, uma percepção como tal subjetiva, da sua condição de existência como aponta Leff (2006). Os entrevistados ao serem questionados sobre seu conceito de qualidade de vida, foram unânimes em primeiro citar a aquisição de bens de consumo como exemplifica a fala de *João*, incluindo a palavra tudo no sentido quantitativo;

melhorou muito, agora todo mundo tem tudo, computador, vídeo, carro, moto... no início, só tinha um ou dois carros, antigamente tinha que ir na Penha para pegar uma fita de vídeo.

Na qualidade de vida as questões materiais, mas também as imateriais, estão vinculadas na vida do cidadão, repercutindo no âmbito emocional, afetivo. *Maria* durante a entrevista, diversas vezes fala sobre mágoa e tristeza lembrando:

Muita gente morreu, muita gente, de doença e tristeza, não passou muito,

Um estudo ambiental acerca da remoção das favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas...

quando encontrava... fulano morreu, beltrano morreu, gente que a gente gostava, falei : eu heim, meu Deus do céu. Morreu a maior parte toda, se acabou.

Entender o conceito de ambiente e sua visão prática nas relações sociais vai além das questões sanitárias, ecológicas ou econômicas, embora na década de 1970 as discussões ambientais repercutiam em conferências e relatórios (Conferência de Estocolmo e ONU em 1972, Relatório Lalonde 1974, Carta de Belgrado em 1975, entre outros) ainda reflete um ambiente longínquo, o petróleo está a quilômetros de profundidade, a floresta está distante do meio urbano, assim o ser humano monitorando via satélite observa um mundo que não participa, um ambiente criado e degradado por si próprio, negando no meio urbano rios, florestas, animais, entre outros fatores considerados ecológicos.

O ambiente é assim, não somente o ecológico, mas o social que o cerca apontando nas falas dos entrevistados sobre as questões do ambiente, se posicionaram no sistema *Sociedade* retratando uma representação social já identificada em séculos atrás. A associação entre pobreza, higiene, doenças e vícios é observada na própria fala de *José*:

pobre não tem jeito... por causa de um dinheiro rápido são capazes de vender o apartamento e construir um barraco lá em cima, pobre é igual a doença ruim, se coloca um barraco aqui, na semana seguinte prolifera.

A saúde aliada ao paradigma dos higienistas tornou o ambiente “medicalizável”, as classes pobres poderia ser comparada a “vetores” perigosos para a sociedade, constituía-se assim a emergência nas demolições de cortiços e posteriormente as favelas. Inaugura o saber

“sanitarista” com a diretriz de profilaxia porém numa visão restrita ao âmbito doméstico e classes pobres. Saberes estes que repercutiram na formação do ensino e profissionais vivenciados até o presente.

CONCLUSÃO

O espaço vivido é um espaço de produção e reprodução contido em meio a lutas. Conhecer e incorporar informações de um grupo gera um processo de reprodução ou de mudanças com suas limitações e delimitações, o território torna-se o “gueto” de um grupo, a casa torna-se sua “prisão”.

Desde a década de 1970 o desenvolvimento ambiental prima por uma mudança no próprio comportamento ético, buscando o equilíbrio em satisfazer as necessidades básicas e “aspirações humanas” além de proporcionar uma melhor qualidade de vida. Conforme a Carta de Belgrado (1975), esta qualidade de vida passa por uma modificação na relação da educação entre seus atores, tanto na educação formal quanto na não formal a comunidade assume um papel de ação e reação. Ensino, ambiente e saúde devem interagir nessas ações sem proporcionar novas dicotomias e “falsos” paradigmas.

Pensar em uma educação não como mercadoria e reprodutora de desigualdades, mas como instrumento de saber ambiental capaz de provocar “mudanças na percepção da realidade social, nas crenças, comportamentos e atitudes dos atores sociais”, como afirma Leff (2006, p. 144).

O desafio ambiental em nossa pesquisa aponta para a necessidade na modificação da representação social de um grupo em relação ao seu ambiente. Seus rios, suas praças, suas ruas, fazem parte de sua história e sobrevivência.

Nilzete Ferreira et al

O saber científico, suplantando a condição de escuta e voz do cidadão, fragmenta a ciência. Nessa dicotomia, o ser humano é um estranho no seu ambiente emaranhado em seus paradigmas, um deles, o desenvolvimento gera facetas transpassando a característica de um mito, desconsiderando o ambiente não somente um dado ecológico no sentido *in natura*, mas também a totalidade em que nele as partes se interagem.

O conhecimento científico de um lado incrementou a industrialização, porém não garantiu a qualidade de vida, repercutindo, “entre outros fatores, a destruição e poluição

do ambiente, distorções de urbanização e alienação do ser humano” (OLIVEIRA, 2006, p. 26) constatadas neste estudo na própria fala dos entrevistados e observações no local.

Reconhecer o direito à qualidade de vida implica não apenas nas legislações, mas na “sensibilização da coletividade” construindo novos saberes não à parte das questões sociais, mas na busca de um diálogo onde a escuta do cidadão com sua história de vida possibilita reflexão e questionamentos do espaço urbano. Esse cidadão que avança nos limites dos cortiços e das favelas, construindo saberes e removendo alienação e conformismo.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, L. da S. “Qual futuro esperar para as favelas? Um debate sobre a qualidade dos espaços físicos de assentamentos populares à luz de conceitos de espaço público”. In: Machado, D.B.P. (orgs). *Sobre o Urbanismo*. Rio de Janeiro: PROURB, 2006.

CORREA, R. L. *Espaço urbano*. Séries princípios. São Paulo: Ática, 1989.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. 4ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Um estudo ambiental acerca da remoção das favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas...

LUDKE, M; ANDRÈ, M. E. D .A. *Pesquisa em Educação; Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em Internet <http://www.lite.fae.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>, acesso em 30 jul. 2008.

MIRANDA, A. C.; GOMES, H. P.; SILVA, M. O. *Recursos Hídricos: a gestão das águas, a preservação da vida*. São Paulo: All Print, 2006.

MUMFORD, L. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

OLIVEIRA, G B; SOUZA_LIMA, J E de (orgs). *O desenvolvimento sustentável em foco. Uma contribuição multidisciplinar*. São Paulo: Annablume. 2006.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7ed. São Paulo: EDUSP. 2007.

_____. *A Natureza do Espaço*. 4ed. São Paulo: EDUSP. 2008b.

SOUZA, M J L. *ABC do desenvolvimento urbano*. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.